

UMA ANÁLISE PSICANALÍTICA EM RELAÇÃO À IMPORTÂNCIA QUE A FAMÍLIA ACOLHEDORA EXERCE NO DESENVOLVIMENTO DA INFÂNCIA E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA O FUTURO DO SUJEITO

GONÇALVES, Hyorrana Christina¹

DALLA VECCHIA, Christiane Cordeiro Silvestre²

RESUMO

O presente artigo é resultado do projeto de iniciação científica que teve como objetivo analisar a importância da família acolhedora para o desenvolvimento do indivíduo desde a infância até a fase adulta pelo viés da psicanálise. A pesquisa aconteceu na cidade de Cascavel-PR, a qual fornece o serviço de família acolhedora, foram entrevistadas famílias que participam do projeto, acolhidos e profissionais do programa. Diante dos resultados observa-se a importância de uma figura materna/paterna que permite que o desenvolvimento físico, psíquico e social aconteça para o indivíduo.

PALAVRAS CHAVE: Família Acolhedora, Desenvolvimento, Psicanálise..

A PSYCHOANALYTIC ANALYSIS OF THE IMPORTANCE OF THE FOSTER FAMILIES IN CHILD DEVELOPMENT AND THEIR CONTRIBUTIONS TO THE SUBJECT'S FUTURE

ABSTRACT

This article is the result of an undergraduate research project aimed at analyzing the importance of foster families for individual development from childhood to adulthood through a psychoanalytic lens. The research was conducted in the city of Cascavel-PR, which offers foster family services. Families participating in the project, foster children, and program professionals were interviewed. The results highlight the significance of a maternal/paternal figure in enabling the physical, psychological, and social development of the individual.

KEYWORDS: Foster Family, Development, Psychoanalysis.

¹ Aluna do 5º semestre do curso de Psicologia do Centro Universitário Assis Gurgacz. Email: hyorranagon@gmail.com.

² Professor Orientador do curso de Psicologia do Centro Universitário Assis Gurgacz. E-mail: christianevecchia@fag.edu.br- celular 42- 99933-7753

1 - INTRODUÇÃO

O tema abordado sobre o desenvolvimento da criança em famílias acolhedoras vem ganhando cada vez mais espaço de discussão, em diversas áreas de estudo, como serviço social, direito, psicologia, dentre outros.

O acolhimento familiar como prática social não é recente no Brasil, tendo acontecido ao longo da história de modo informal através das práticas de circulação de crianças, por famílias que acolheram os chamados “filhos de criação ou afilhados” (Fonseca, 2004; Franco, 2000; Sarti, 1996). No entanto, somente no século XXI que o ECA consolidou as crianças e os adolescentes tornaram-se sujeitos de direitos, assegurando que toda criança e adolescente detém dos direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, como afirma o Art. 227 da Constituição Federal de 1988:

“É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar a criança e o adolescente, com absoluta prioridade, o direito à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, e exploração, violência, crueldade e opressão” (BRASIL, 2013, p.9)

O projeto de famílias acolhedoras implantados pelo país, e que tem como objetivo proteger a criança em situação de risco recebe amparo da Lei nº 8.069/90, o Estatuto da Criança e do Adolescente, previsto no artigo 19, busca garantir a sobrevivência, o desenvolvimento pessoal e social, a integridade física, psicológica e moral, e principalmente a convivência familiar.

Ao falar sobre o desenvolvimento da primeira infância, é imprescindível pensar sobre a criação de vínculos e o estabelecimento de relações objetivas neste período, fatores estes que irão proporcionar o sentimento de segurança para a criança. Segundo Spitz (1979) em nenhuma outra fase da vida os afetos serão tão importantes quanto no início da vida, pois nos primeiros meses de vida estes são dominantes na experiência do bebê, e o afeto materno norteará os afetos do filho, conferindo qualidade vital às experiências da criança e do futuro adulto.

Segundo nossa entrevistada Fátima, que já está no projeto da Família Acolhedora da cidade de Cascavel a mais de três anos: “Por mais que seja uma família que talvez não tenha tanto vínculo, ainda é melhor que uma instituição”. Neste sentido, entendemos que, embora a criança

ainda não tenha criado tanto vínculo com a família acolhedora, este acolhido irá conviver em um ambiente familiar, diferentemente de ir para uma instituição, onde se há tempo para tudo e diversas proibições, dificultando o estabelecimento de vínculos. E finaliza: “Ainda é uma pessoa que tá lá, que vai fazer uma comida, que vai cuidar. Ainda existe essa convivência, que vai ter ali um almoço de domingo, uma saída, uma ida na praça”.

Goos (2010) afirma que o desenvolvimento humano depende das interações que cada indivíduo estabelece com o meio em que vive, e também da qualidade das relações que constrói, e consideram, portanto, o acolhimento familiar uma alternativa de espaço privilegiado para o desenvolvimento de crianças e adolescentes que passam por situação de abandono, violência ou negligência.

Deste modo, há necessidade de desenvolver pesquisas que possam acompanhar e compreender as experiências do programa "Família Acolhedora" já existente a partir do projeto municipal da cidade de Cascavel no Paraná, como também dessa implantação a nível nacional, assim também da importância desse programa não apenas para o acolhimento, mas para o desenvolvimento biopsicossocial dos indivíduos acolhidos.

Diante disto este trabalho refere-se a uma pesquisa qualitativa, que teve como instrumento entrevista semiestruturada com famílias acolhedoras, acolhidos e funcionários do programa a fim de trazer dados sobre a família acolhedora e como esta entende sua importância no desenvolvimento dos sujeitos acolhidos, para tanto se utilizou como método de análise a análise do discurso.

1.1 PROBLEMA DE PESQUISA.

Qual a importância que a família acolhedora exerce para o desenvolvimento da criança e quais são suas contribuições para o futuro desse indivíduo?

1.2 JUSTIFICATIVA

Cabral (2004), ao defender a criação do serviço de acolhimento familiar, argumenta que a construção de vínculos afetivos é tarefa complexa, requer intenso investimento afetivo recíproco

entre a figura do cuidador e a criança. Dentro de uma família acolhedora há essa construção de vínculos, porém, com um caráter de provisoriedade, já que todos os envolvidos devem saber que haverá o momento de uma nova separação, quando a criança acolhida retornará à sua família de origem ou será colocada em adoção. Para esse acolhimento é importante que se construa o vínculo afetivo com a figura materna e se tem a necessidade de posteriormente desvincular-se da criança de forma saudável, sem prejuízos psicológicos, visto que estes vínculos são de aparatos biológicos e não mecânicos.

A teoria do apego compreende a busca pela segurança na proximidade com o outro como fator de sobrevivência. Partindo dessa teoria, observamos que a vinculação é o que, essencialmente, nos determina como pessoas, assim, pode-se supor que o rompimento dos vínculos seja realmente uma situação de risco, nos remetendo às sensações primitivas de medo e desamparo. (BOWLBY, 1969/1990)

Crespin, apud Kupfer, Bernardino e Mariotto (2014) enunciam que, as pessoas que exercem os cuidados diários dentro dos serviços de acolhimento não são substitutos da mãe, mas uma sustentação do lugar do outro. Para a autora, a questão se modifica caso se entenda que o bebê será constituído como sujeito não somente pela mãe biológica, mas partindo do campo do outro, sendo um universo simbólico que ultrapasse aquele ou aquela que assume esse lugar. Assim, também é assegurado às pessoas envolvidas no processo de acolhimento a sustentarem o lugar do outro.

A criança acessa o outro a partir daquele que é representado pelo adulto cuidador, o qual promove sua entrada no mundo externo, o que Lacan chama de campo do grande Outro:

O Grande outro é o referente à relação simbólica, relacionado à rede simbólica regulada com regras de linguagem e, como uma estrutura psíquica, o Outro seria o representante desse social, internalizado em forma do inconsciente (Grosz, 1990). O encarregado da inserção da criança no campo do Outro, caracterizando como outro primordial é a “mãe”, não necessariamente a mãe biológica, mas alguém que opere como agente ocupando a posição que oferece os significantes para a criança que pode se articular ao desejo do outro. (MOUNTIAN; ROSA, 2015, p. 153)

Nesse sentido, todos os envolvidos nesse processo de acolhimento podem garantir o processo necessário para o desenvolvimento da criança acolhida, já que o resultado da educação enquanto introdução do ser na cultura e na linguagem verifica-se justamente na aquisição de habilidade de competências físicas e mentais, assim como o reconhecimento de si. É preciso compreender que, aqueles que fazem o acolhimento são completamente relevantes no processo

de constituição individual dessas crianças, considerando que não há a intenção de substituição da mãe ou família, mas, é preciso reconhecer que há um lugar significativo para essa pessoa na história de vida do acolhido.

Dona Marisa, mãe acolhedora há nove anos, nos disse durante a entrevista que gostaria de ver quem ainda não acolheu uma criança ou adolescente que passasse por essa experiência “Porque você dá amor, você recebe amor. Eles sempre vem com falta de amor de mãe, eles sempre contam: “A minha mãe não fazia isso. A minha mãe é isso. A minha mãe é aquilo” e eu digo, “Não, mas é a sua mãe. Se não fosse ela, não tinha você. Pensa por esse lado bom. Ela também tem as debilidades dela. Não julgue a sua mãe, ela não teve estrutura agora, mas ela vai ter”.

Durante a entrevista com outra mãe acolhedora, chamada Milena, ela relatou com muita alegria que, em uma data comemorativa de dia das mães um de seus acolhidos, que já estava a algum tempo com ela fez uma cartinha lhe desejando um feliz dia das mães, dizendo que considerava ela como uma mãe, por mais que ele tivesse a sua, que ela nunca tomaria seu lugar. Milena diz: “E eu sempre falo isso, né, desde os pequeninhos, aqueles que têm mãe, que eu não vou tomar o lugar dela. Eu tô ali fazendo o que ela não tá podendo no momento”.

Diante do exposto faz-se necessário pesquisas que busquem entender e reconhecer o papel da família acolhedora no desenvolvimento infantil na primeira infância.

1.3 OBJETIVOS DA PESQUISA

1.3.1 Objetivo Geral

Analisar a importância da família acolhedora para o desenvolvimento do indivíduo desde a infância até a fase adulta.

1.3.2 Objetivos Específicos

- Observar jovens e adultos dentro da família acolhedora e seus vínculos

- Investigar quais as ações que a família acolhedora tem desenvolvido junto com o acolhido pensando no seu desenvolvimento psíquico e físico
- Interpretar qual é o papel da família acolhedora diante do desenvolvimento destes indivíduos
- Fazer entrevista semiestruturada com o adolescente acolhido e a família

2 – METODOLOGIA

Este projeto pretende promover a reflexão sobre alguns aspectos do serviço de famílias acolhedoras da cidade de Cascavel no Paraná, com a aplicação de entrevistas e coleta de dados na casa de 3 (três) famílias participantes que trabalham apenas com esta temática, que possuam até 3 (três) filhos adotados, com (6) seis anos ou mais e que aceitem participar da pesquisa. Para a entrevista serão requisitados apenas jovens adultos que estejam acolhidos em tais residências e possuem maioridade, assim como os cuidadores responsáveis. Não serão requisitadas para esta pesquisa famílias acolhedoras com mais de 3 (três) crianças acolhidas e com idades de (0) zero a (6) seis anos. Também se aplicará a entrevista semi-estruturada com as coordenadoras e outros profissionais que exercem função neste programa social e que aceitem participar.

Como estratégia será adotado o método de pesquisa qualitativa exploratória, por meio de entrevistas não estruturadas com os cuidadores e jovens das famílias selecionadas, observação da interação e do espaço da casa, num período de até nove meses, realizando a observação uma vez na semana em cada casa alternando os dias de semana a semana, para melhor compreender as várias dinâmicas que ocorrem no local.

A presente pesquisa possui um caráter qualitativo por compreender “(...) o ambiente natural como sua fonte direta de dados e o pesquisador como seu principal instrumento” (LÜDKE, 1986, p.11).

Tendo como alcance exploratório uma vez que “o objetivo é examinar um tema ou um problema de pesquisa pouco estudado, sobre o qual temos muitas dúvidas ou que não foi abordado antes” (SAMPIERI; COLLADO; LUCIO, 2013, p. 101).

Mack et al, (2005) Numa entrevista não estruturada, como entrevista em profundidade e Focus Group, o entrevistador se coloca na posição de um estudante que está disposto a aprender

tudo o que o entrevistado tem para ensinar. Segundo os autores, os entrevistados são tratados como especialistas que são estimulados a falar livremente sobre determinado tema proposto. O entrevistador interage com os entrevistados fazendo perguntas abrangentes com foco no objeto de estudo, acompanha a fala atentamente, mas também aplica perguntas de tal forma a aprofundar o entendimento das respostas e posicionamento do entrevistado.

Segundo Ludke (1986), a observação é um dos instrumentos básicos para a recolha de dados na investigação qualitativa. Na verdade, é uma técnica de recolha de dados, utilizando os sentidos, de forma a obter informação de determinados aspectos da realidade. Obriga o investigador a um contacto mais directo com a realidade, ajudando-o a identificar e a obter provas a respeito de objetivos sobre os quais os indivíduos não têm consciência, mas que orientam o seu comportamento (Lakatos & Marconi, 1990).

O presente trabalho passará pelo Comitê de Ética e após a aprovação pelo mesmo, todos os participantes serão esclarecidos, suas informações pessoais serão preservadas (as informações serão modificadas no corpo do documento para descrição do entrevistado). Dessa forma, eles também assinarão o Termo de Consentimento Esclarecido (TCLE) para que a pesquisa dê início a sua coleta de dados.

3 – A FAMÍLIA

3.1 O ESTABELECIMENTO DA RELAÇÃO OBJETAL DO ACOLHIDO COM O CUIDADOR

De acordo com a Política Nacional do Serviço Único de Assistência Social, o acolhimento em Família Acolhedora é um serviço de proteção social especial de alta complexidade, de caráter excepcional e provisório, para crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade, risco ou abandono, afastados do convívio familiar por meio de medida protetiva ou em casos em que a família se encontre impossibilitada temporariamente de exercer sua função de cuidado e proteção (Brasil, 2009). Segundo Delgado (2010) e França (2010), o desenvolvimento humano depende das interações que cada indivíduo estabelece com o meio em que vive, e também da qualidade das relações que constrói, e consideram, portanto, o acolhimento familiar uma alternativa de espaço

privilegiado para o desenvolvimento de crianças e adolescentes que passaram por situação de abandono, violência ou negligência.

A construção de vínculos afetivos requer dedicação afetiva emocional, não só vinda do cuidador como também da criança ou do adolescente. Nesse sentido, a família acolhedora possui uma função vital, pois, além de proporcionar o convívio familiar também abre um leque de possibilidades para serem construídas novas relações, mesmo que seja possível manter a vinculação e a identificação com a família de origem. O acolhido experimentará novos tipos de interação com um cuidador, como a disponibilidade afetiva, reciprocidade, disponibilidade material e segurança, proporcionando um novo olhar e a possibilidade de uma nova jornada.

Para Gabrielly, acolhida há mais de 5 anos pela família acolhedora, ter uma família se configura como “Uma família é a gente também convivendo ali junto com o pessoal, isso é ser família, né? Tipo, tirar foto junto, viajar junto, fazer vários passeios, viver vários momentos juntos, então a gente passa a ser também da família. Igual minha primeira mãe acolhedora, né? Que eu morei no sítio. Quando eu saí da casa dela, ela chorou porque ela não queria que eu saísse da casa dela e ela pegou e me falou, filha, ela falou desse jeito, você tem certeza que é isso que você quer fazer? Falei que sim, eu já tinha 18 anos e queria trabalhar, depois ir atrás das minhas coisas e tipo assim, no sítio para trabalhar não é pra mim, o trabalho de lá é muito pesado. Daí eu peguei e falei pra ela que ia para cidade, mas continuo tendo contato com ela e às vezes vou lá na casa dela. Ela deixou bem claro pra mim que se um dia acontecesse alguma coisa comigo, que se eu precisasse ficar na casa dela, eu poderia ir lá, poderia me hospedar lá quando eu quisesse. Se eu precisasse de ajuda, podia mandar mensagem”.

Segundo López (1998) as diferentes etapas de desenvolvimento do apego numa criança se caracterizam distinguindo-se entre os primeiros 6 meses, a segunda metade do primeiro ano de vida, o período que decorre até aos 4-6 anos, a etapa até ao início da puberdade e como última fase a adolescência. Cada criança forma uma constelação de relações única, em termos de número e de qualidade, que podem incluir os irmãos, os amigos ou outros adultos, para além daqueles que constituem as figuras primárias de apego (Howe, 1995). Quando a reintegração na família biológica se revela inviável, o Acolhimento Familiar prolongado pode assegurar os benefícios de fazer parte, de um modo seguro e contínuo, de uma nova família (Schofield, Beek, Sargent & Thoburn, 2000;

Schofield, 2003; Beek & Schofield, 2004). O mais importante para as crianças são as pessoas que as ajudam e fazem crescer, e não necessariamente aquelas que as fizeram nascer (Triseliotis, 1998).

É também uma oportunidade de construir a partir de novos alicerces, de recuperar, de criar novas cumplicidades, de conhecer, de se distanciar do passado para o melhor compreender, de refazer o presente, de sonhar com o futuro, de mudar e aprender com o desconhecido, porque a família “existe para produzir o inesperado” (Zeldin, 1994, p. 358). É no ambiente familiar que os indivíduos constroem seus primeiros vínculos afetivos, além das crenças, regras, valores, significados, obrigações, limites e direitos, que são aprendidos no seio familiar e contribuem para a constituição subjetiva e capacidade de relacionamento com o outro e com o meio (Brasil, 2013).

Durante a entrevista com Fátima, uma das mães acolhedoras, ela relata como aprende também com os acolhidos ao mesmo tempo que ensina. “É uma troca”, diz. Além disso, ela nos contou “Você tem felicidade com eles, porque eles fazem você rir, porque eles começam a confiar e contar a história deles, contam coisas da infância, começam a buscar a infância boa de quando eles não estavam vivenciando sofrimento e a gente começa a rir com eles, porque eles começam a contar essas histórias, que faziam aquilo, que faziam isso”. É perceptível essa dedicação que vemos com os acolhidos por estas famílias acolhedoras e como elas conseguem manejar todo o processo de forma leve para eles, que normalmente chegam ali em sofrimento.

Para Schofield (2003), mesmo as colocações familiares tardias de crianças que passaram por várias experiências de acolhimento “podem conduzir a uma família para a vida e ser um recurso para entrar na vida adulta” (p. 241) e ainda, nas palavras de Bowlby (1988) “apesar da capacidade para a mudança ao longo do desenvolvimento diminuir com a idade, as mudanças continuam através do ciclo de vida o que significa que as mudanças para melhor ou para pior são sempre possíveis” (p. 136).

Ailton, técnico de uma das unidades do projeto família acolhedora nos contou sobre o processo de escolha da família para o acolhido, quando é preciso pensar no serviço de acolhimento para o indivíduo o objetivo se faz justamente de romper com a amostra de um modelo que não foi coerente, seja emocional, físico e até mesmo alimentício para que ele consiga superar essa questão de violação de direitos que ele teve na sua história de vida, portanto, quando se analisa a demanda do indivíduo pode se pensar de forma estratégica onde ele irá melhor se encaixar “Tem que estudar bastante a característica um do outro” diz.. Segundo Ailton “Então, de

fato, o acolhimento e as famílias acolhedoras têm esse objetivo e conseguem fornecer de acordo com os feedbacks. O desenvolvimento deles você consegue ver acompanhando as famílias onde o acolhido está”.

Para que seja compreendida essa possível relação objetal em um novo contexto familiar e com um novo objeto de segurança, encontra-se na afirmação de Freud um auxílio, onde o mesmo afirma que o objeto libidinal pode ser mudado diversas vezes, de acordo com as vicissitudes e necessidades do indivíduo, no sentido de verificar a formação de relações objetais e vínculos afetivos fora de uma família nuclear e posterior ao primeiro ano de vida (Freud, 1915/010). Por relações objetais entende-se o que Laplanche e Pontalis (1983) definem como:

Expressão usada para designar o modo de relação do indivíduo com o seu mundo, relação que é o resultado complexo e total de uma determinada organização da personalidade, de uma apreensão mais ou menos fantasmática dos objetos e de certos tipos privilegiados de defesa. (Laplanche & Pontalis, 1983, p.576).

Já Spitz (1979) trata da gênese das relações objetais utilizando-se da definição de objeto libidinal proposta por Freud:

O objeto do instinto é aquele com o qual ou pelo qual o instinto pode alcançar a sua meta. É o que mais varia no instinto, não estando originalmente ligado a ele, mas lhe sendo subordinado apenas devido à sua propriedade de tornar possível a satisfação... Pode ser mudado frequentemente, no decorrer das vicissitudes que o instinto sofre ao longo da vida, esse deslocamento do instinto desempenha papéis dos mais importantes (Freud, 1915/2010.p.43).

A partir dessa definição psicanalítica foi possível apoiar a certeza de que as relações do acolhido com a família que o acolhe são extremamente importantes para um desenvolvimento saudável, onde o indivíduo terá a possibilidade de ressignificar a qualidade das relações no meio em que está inserido, assim como novas amizades, podendo refazer seu presente e transformar seu futuro.

3.2 – DESENVOLVIMENTO PESSOAL DO INDIVÍDUO

No universo psicológico, há uma tendência ao desenvolvimento que é inata e que corresponde ao crescimento do corpo e ao desenvolvimento gradual de certas funções [...] também há um processo evolutivo no desenvolvimento emocional. Todavia, esse crescimento natural não se constata na ausência de condições suficientemente boas, e nossa dificuldade consiste em estabelecer quais são essas condições. (Winnicott, 2011)

O desenvolvimento, segundo Winnicott, nada mais é que uma função de herança de um processo de maturação, vem da acumulação de experiência de vida, um processo de maturação. Ele só pode ocorrer num ambiente propício, e a importância deste ambiente é absoluta no início. Ambiente este que dará a cada indivíduo a oportunidade de, aos poucos e a seu modo, tornar-se uma pessoa que tem um lugar na comunidade sem por isso perder sua individualidade.

A família protege a criança do mundo e aos poucos ela vai se introduzindo gradualmente ao ambiente externo. A integração pessoal é uma questão de desenvolvimento emocional e para que seja atingido cada ser humano parte de um estado inicial não integrado. Segundo Winnicott, em condições favoráveis normais (que estão ligadas à íntima identificação da mãe com seu filho e, posteriormente, ao interesse combinado de ambos os pais), o bebê humano é capaz de manifestar uma tendência inata à integração, que faz parte do processo de crescimento.

Quando é possível proporcionar às crianças um tipo de ambiente saudável, temos em vista o possível crescimento individual até o estado adulto, essa criança “contribui” para a situação familiar:

“É o ambiente circundante que torna possível o crescimento de cada criança; sem uma confiabilidade ambiental mínima, o crescimento pessoal da criança não pode se desenrolar, ou desenrolar-se com distorções. [...] Todo aquele que cuida de uma criança deve conhecê-la e trabalhar com base numa relação viva e pessoal com objeto de seus cuidados, e não aplicando mecanicamente um conhecimento teórico”. (Winnicott, 2001.p.67)

A criança que recebe segurança é amparada simultaneamente em duas coisas. A primeira, livra-se de uma infinidade de intrusões indesejáveis e de um mundo ainda não compreendido. E por segundo, são protegidos de seus próprios impulsos e dos efeitos que estes possam produzir. Já o rompimento do elo da afetividade, pode gerar severas sequelas psicológicas e comprometer o

desenvolvimento saudável do indivíduo. Porém, o primeiro obrigado a garantir o direito ao afeto é o próprio Estado, impondo a si obrigações para com os seus cidadãos e, por esta razão, a constituição relaciona uma inúmera lista de direitos individuais e sociais como forma de garantir a dignidade a todas as pessoas.

Em entrevista com Amanda, estagiária em uma das unidades do projeto família acolhedora que recebe os acolhidos e relata ouvir muitos desabafos e relatos dos mesmos diz que a grande parte das famílias inseridas no projeto ajudam na inserção dos acolhidos, tanto na parte social e lazer, como nas escolas também, os acolhidos recebem bastante apoio da família e da equipe. Estando no projeto eles também recebem auxílio para a busca por emprego, como Amanda diz “Eles têm acesso a procurar um emprego que eles gostem. eles têm acesso a ter uma roupinha lavada, uma comida ali na mesa, sabe? Não apanham, não tem contato com a droga”. Questões essas que parecem não fazer diferença, mas além de ser direito de todo sujeito parte importante para a constituição do mesmo e das suas relações e vínculos familiares.

O serviço de acolhimento pelas famílias acolhedoras é organizado segundo os princípios e diretrizes do ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente), principalmente no que se refere à excepcionalidade e à provisoriedade do acolhimento e a restituição à família de origem, nuclear ou extensa, bem como a manutenção da convivência e do vínculo entre os grupos de irmãos. Por um período determinado, a família acolhe essa criança/adolescente em sua casa, uma vez que este está sofrendo algum tipo de violência no seio de sua própria família. Isto não significa que a criança vai passar a ser filho da família acolhedora, mas sim que vai receber afeto e ter convivência com esta outra família até que possa ser reintegrado à sua família de origem, ou, em alguns casos, ser encaminhado para a adoção. O processo de reintegração familiar deve ser o objetivo do trabalho profissional desde a entrada da criança e do adolescente no serviço. No primeiro contato com a família de origem, deve-se ter em mente o conhecimento de sua rede pessoal e de serviços. (Verdério, 2008)

Segundo Marina, estagiária também de uma das unidades do projeto família acolhedora, sua maior alegria é quando vê uma família se reerguendo, no sentido de ver quando o adolescente reconhece a importância de fazer uma faculdade, de fazer terapia ou até mesmo quando alguns casos passam para uma adoção. “Acredito que o acolhimento familiar muda vidas, em relação aos cuidados dos protegidos, uma questão social e financeira, os encaminhamentos para cuidados

médicos, psicológicos e sobre vícios. O serviço monta um plano individual para cada caso, que além de ajudar essa família específica, ajuda num geral a comunidade”.

Observa que o serviço busca ofertar o que Winnicott coloca como ambiente seguro para o desenvolvimento do sujeito.

3.3 – RESULTADOS DO ABANDONO AFETIVO

Em “A mãe morta”, obra de Green (1980), há uma condição em que a história não acontecida reflete a identificação do Eu com a mãe morta, com quem o sujeito se deparou no início de sua vida. Ausente do ponto de vista emocional, ela não pode viver com seu filho uma experiência compartilhada. Dessa perspectiva, podemos dizer que, antes do bebê, foi ela quem não esteve lá para lhe proporcionar uma verdadeira experiência, libidinizando-o e provendo as condições para que este pudesse sentir sua existência como real a partir dos investimentos a ele dirigidos.

Em “A localização da experiência cultural”, Winnicott discute o modo com que falhas graves nos cuidados com o bebê impedem o início do uso simbólico dos objetos pelo mesmo, adentrando a área dos fenômenos transicionais.

“Talvez valha a pena tentar formular isto de uma forma que dê ao fator temporal seu devido peso. O sentimento da existência da mãe dura x minutos. Se a mãe fica ausente por mais de x minutos, então sua imago some e, juntamente com ela, a capacidade do bebê de usar um símbolo de união. O bebê está angustiado, mas essa angústia é logo reparada porque a mãe retorna em $x + y$ minutos. Em $x + y$ minutos o bebê não ficou alterado. Mas em $x + y + z$ minutos o bebê ficou traumatizado. Em $x + y + 2$ minutos o retorno da mãe não repara o estado alterado do bebê. O Trauma implica que o bebê experienciou uma ruptura do que possa configurar, na ocasião, uma continuidade pessoal de existência. (...) Após se “recuperar” de $x + y + z$ de privação, o bebê tem de começar de novo, permanentemente privado da raiz que poderia prover continuidade com iniciação pessoal. Isso implica a existência de um sistema de memória e de uma organização de lembranças” (WINNICOTT, 1967, p. 97, grifos no original, tradução nossa).

O que Winnicott quer nos dizer é que o bebê que for submetido a um período de ausência do cuidador pode passar a desacreditar em sua existência e na de sua mãe ou quem faz tal papel. Na medida em que não obtém resposta para seus apelos, ele perde a esperança de se comunicar com ela. Neste sentido, a impossibilidade de vivenciar a experiência do começo ao fim coloca a situação traumática fora do registro temporal, ou seja, esse trauma produz um efeito totalizante: isto não está assim, é assim.

Segundo ROUSSILLON (2011), estados traumáticos são experiências de tensão e desprazer sem representação e sem saída, os quais implicam um desespero existencial e uma "vergonha de ser" que ameaçam a existência da subjetividade e da organização psíquica. O sujeito se sente culpado e responsável de não ter podido fazer face àquilo com que se confrontou, arrisca-se a "morrer de vergonha" pela ferida identificaria narcísica primária que lhe infringe a situação traumática. A subjetividade é confrontada ao que proponho chamar, depois de B. Bettelheim, uma situação extrema de subjetividade.

É preciso considerar que o Eu frágil da criança desinvestida passa a desacreditar de sua presença efetiva no universo humano. Dado que é incapaz de produzir no agente de cuidados qualquer tipo de excitação, e tendo em vista o processo de constituição de sua identidade numa relação ainda especular, de seu ponto de vista, tudo se passa como se ela, de fato, não existisse. Não existindo, seu gesto perde sentido, ela está impossibilitada de criar algo e, portanto, de fazer sua história.

4 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a realização desta pesquisa foi possível constatar que as relações entre família acolhedora e acolhido pautadas no amor, dignidade, cumplicidade e confiança são indispensáveis para o desenvolvimento desse sujeito que, afastado de possíveis situações de negligência e violência vivenciam estar e sentir-se parte de uma família carinhosa, atenciosa e que lhe dedica de seu tempo. O serviço de acolhimento permite que a criança ou o adolescente reorganize sua realidade, abandonando o que lhe causou algum transtorno ou sofrimento e siga em frente reconstruindo suas expectativas, sonhos e desejos tendo apoio familiar necessário inserido em um ambiente familiar favorável.

O papel dos cuidadores é de extrema importância já que serão eles os responsáveis por atender as necessidades básicas do sujeito e serão eles também responsáveis pela manutenção dos vínculos. Para os acolhidos é estando na família acolhedora que descobriram outras maneiras de se relacionarem com o outro, vão construir relações saudáveis e aprender a viver em sociedade descobrindo diferentes formas de relação familiar, diferentes da que tinham em sua família de origem. É possível perceber essa importância no relato da entrevistada Gabrielly, ao contar como sua vida era antes de entrar para o programa, “eu não queria saber de nada, só queria sair e beber com meus amigos”, e hoje ela se arrepende “eu vejo como eu iria estar se continuasse daquele jeito, eu vejo meus antigos amigos, bom, amigos não né, hoje vejo que eram apenas colegas, mas eu vejo como eles estão hoje, um até já morreu envolvido com coisa errada, era assim que eu iria estar”. A visão que Gabrielly tem hoje da sociedade, de suas antigas experiências e o seu amadurecimento não seriam possíveis se ela não tivesse tido a oportunidade de estar em uma família acolhedora que lhe desse amor e oferecessem os cuidados que antes não eram proporcionados para ela. Como aponta Dona Marisa, mãe acolhedora, “eu consigo sentir pelo comportamento a mudança deles, pelo modo de se vestir, pelo modo de se cuidar e de se

proteger. Também o desenvolvimento social deles, assim, quando eles chegam são uma pessoa e depois você vê essa evolução deles”.

Para tal, segundo Winnicott (1988/1999) é preciso a presença de alguém, desde o início da vida do indivíduo que esteja física e emocionalmente bem, “vivo”, capaz de ver e ouvir o indivíduo como uma pessoa que tem suas próprias necessidades e preferências, podendo atendê-las; e não é raro que esse alguém não seja a própria mãe. O cuidado essencial não pode ser automático ou mecânico e, como bem disse o autor, pode até ter falhas. Para ele, em qualquer cultura, a mãe que consegue fornecer o cuidado adequado propicia uma base positiva da qual:

[...] o indivíduo tem, com o passar do tempo, uma oportunidade de lançar-se no mundo de uma forma criativa, e de desfrutar e usar tudo aquilo que o mundo tem a lhe oferecer, inclusive o legado cultural. Infelizmente é uma grande verdade que, se uma criança não começar bem, então poderá não desfrutar do legado cultural e a beleza do mundo não passará de um colorido torturante, impossível de desfrutar. Assim, portanto, existem "os que têm" e "os que não têm" e isso nada tem a ver com finanças; tem a ver com aqueles que começaram bem suas vidas, e com aqueles que não tiveram a mesma sorte. (Winnicott, 1987a/1999, pp. 20-21)

Portanto, a experiência que é proporcionada na relação dos indivíduos com a família acolhedora é a esperança da construção de um futuro diferente, é importante que o serviço continue acolhendo crianças e adolescentes, assegurado que eles tenham seus direitos garantidos e encontrem na família o necessário para seu desenvolvimento saudável e alcance da auto realização.

REFERÊNCIAS

Brasil. Conselho Nacional de Assistência Social & Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. (2009). Orientações técnicas: serviços de acolhimento para crianças e adolescentes. (2a ed.). Brasília, DF: CNAS.

Brasil. Conselho Nacional de Assistência Social & Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. (2013). Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária. Brasília, DF: 2013.

BOWLBY, J. (1969/1990). Apego e perda: Apego - A natureza do vínculo. São Paulo.

BOWLBY, J. (1988). A secure base: clinical applications of Attachment Theory. London: Routledge.

CABRAL, C. Perspectivas do acolhimento familiar no Brasil. In C. Cabral (Ed.) Acolhimento familiar. Experiências e perspectivas. Rio de Janeiro: UNICEF , 2004.

COSTA, N. R do A; FERREIRA, M . C. R. Acolhimento familiar: Uma alternativa de proteção para crianças e adolescentes. São Paulo: 2009.

DELGADO, P. (2010). A experiência da vinculação e o acolhimento familiar: reflexões, mitos e desafios. Temas em Psicologia, 18(2), 457-467.

FRANÇA, D. B. (2010). Do abrigo ao acolhimento: importância do vínculo nos cuidados institucionais.

GLESNE, C. Becoming qualitative researchers: An introduction. 5th Edition. London: Pearson: 2015.

GOOS, A. F. G. Formação e rompimento dos laços afetivos. Monografia, Curso de Psicopedagogia Clínica e Institucional. Araraquara: Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, 2010.

KUABARA, C.Y.S; KLIPAN, M.L; ABRÃO, J.L.F. Família acolhedora: O estabelecimento de relações objetais em situação de acolhimento. São Paulo: 2016.

KUPFER, M. M; BERNARDINO, L. M. F; MARIOTTO, R.M.M. De bebê a sujeito: a Metodologia IRDI nas creches. São Paulo: Escuta/Fapesp, 2014.

LAKATOS, E. M., MARCONI, M. A. Fundamentos de Metodologia Científica. São Paulo: Editora Atlas S.A: 1990.

LUDKE, M. e ANDRÉ, M. E. D. A. Pesquisa em educação: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

SAMPIERI, R. H.; COLLADO, C. F; LUCIO M. del P. B. Metodologia de Pesquisa. São Paulo: Penso, 2013.

SCHOFIELD, G. (2003). Part of the family. Pathways through foster care. London: BAAF.

SCHOFIELD, G., BEEK, M., SARGENT, K., & THOBURN, J. (2000). Growing up in foster care. London: BAAF.

SOUZA, Caroline, et al CAGNANI, Larissa. Por trás da cena do acolhimento: o que é dito sobre as famílias e seu impacto no cuidado de crianças e adolescentes. Disponível em: <https://doaj.org/article/56a6d0257b3d46e0919aa48fb11c7caf>. Acesso em: 03 mai 2023

SPITZ, R. A.: O primeiro ano de vida: um estudo psicanalítico do desenvolvimento. Martins Fontes: 1993.

TRISELIOTIS, J. (1998). Perceptions of permanence. In M. Hill, & M. Shaw (Eds.), Signposts in Adoption. Policy, practice and research issues (pp. 11-29). London: BAAF.

WINNICOTT, D. W. (1967). Pós-escrito. In: _____. Explorações psicanalíticas. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994.

WINNICOTT, D. W. (1999). *Os bebês e suas mães*. (J. C. Camargo, trad.). São Paulo: Martins Fontes. (Trabalho original publicado em 1987; respeitando-se a classificação de Hurler e de Bowlby de 1987a)

WINNICOTT, D. W. (2011). A família e o desenvolvimento individual. São Paulo: Martins Fontes.